

## “Modelo econômico que funcionou na crise pode virar um discurso perigoso”

(ANDRÉ LÜCKMAN)



Entrevista com Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV.

Embora o Brasil tenha conseguido dar um salto nas relações sociais e na distribuição de renda, o Poder Executivo ainda não aprendeu a direcionar com qualidade os bilhões de reais dedicados ao gasto público social – que envolve custos do Estado com saúde, previdência, educação, defesa do trabalhador e assistência social. Essa é a opinião do chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas, Marcelo Neri. De acordo com ele, o país tem condições de retomar os índices de desenvolvimento pré-crise, mas é preciso parar de “usar a crise como desculpa” para abusar das políticas assistenciais. Em rápida passagem por Curitiba, o economista conversou com a Gazeta do Povo.

Os números da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2008 mostraram um avanço relevante nas relações sociais, que foi interrompido com a crise. Esse avanço será retomado?

Entre 2003 e 2008, o país passou por um momento único de desenvolvimento. A PNAD mostra que o crescimento foi de pelo menos 5,3% ao ano, per capita, o que equivale a quase 7% ao ano. Ao mesmo passo, a desigualdade no Brasil caiu pela primeira vez, resultado do crescimento do bolo e da melhor distribuição. Dá pra repetir esse movimento de duas a três vezes nos próximos 20 ou 30 anos, porque ainda temos excesso de desigualdade. Temos condição de incorporar consumidores ao mercado como poucos países têm. A própria Índia não consegue trazer tantos consumidores quanto nós, porque lá a desigualdade é menor.

A crise interrompeu isso? Quais são os desafios?

Com a crise, o Brasil não diminuiu a economia, só interrompeu o crescimento. Não chegou a ser um tsunami, mas houve uma ressaca nas relações sociais. Essa piora felizmente foi recuperada até agosto ou setembro de 2009. Aquela tendência que vimos de 2003 a 2008 pode voltar. Esses anos simbolizam que é possível fazer desenvolvimento econômico e social ampliado. O problema é que o Brasil ainda tem muita ineficiência, muita inequidade. A boa notícia

é que, se você lidar com essa ineficiência, você pode dar novos saltos de desenvolvimento. O Brasil não é tigre asiático, é um país-baleia, repleto de gordura, que vive encalhado. Nesses anos a baleia desencalhou, e está mostrando a crista. Mas essa gordura não é necessariamente qualidade. Ela só funciona bem em época de crise, de inverno econômico. Durante a crise, ninguém sabia que havia um “bilhete premiado” porque as decisões [do Executivo] sempre seguiram um caminho do meio: os consensos de Washington não valem aqui; mas os de Caracas também não. O Brasil vem seguindo esse caminho do meio, no qual respeita a regra de mercado, mas também faz política social. Isso levou à situação positiva que se tem hoje, mas também está levando ao discurso perigoso de que “durante a crise nós fomos bem, então vamos reforçar o modelo estatizante.” Quando o mundo sair da crise, o modelo estatizante vai ter mais gorduras do que é desejado. Então eu tenho uma preocupação de que esse caminho do meio vai nos desviar da rota. Esse caminho claramente foi virtuoso apenas na época de crise, porque na época de expansão nós crescemos menos que os outros.

Logo depois da crise, a economia passou de repente do extremo pessimismo para um extremo otimismo. Que as condições práticas que o pré-sal, os Jogos Olímpicos e a Copa têm para deslanchar o desenvolvimento da nação?

Se a gente olhar o que é feito com os royalties do petróleo, por exemplo, a visão não é muito animadora. O Fust [Fundo de Univer salização dos Serviços de Telecomunicações], por exemplo, é uma grande “frustração”. A Bolívia é um país mais atrasado que o Brasil e conseguiu usar um fundo semelhante com mais eficiência. O Brasil é mestre em fazer fundos que na prática não são aplicados àquilo que se propõe. Olimpíadas, Copa, são eventos esportivos sem muito conteúdo, mas que eventualmente criam uma mudança, deixam um legado para as cidades-sede, que podem ser relevantes ou não. O Rio de Janeiro fez um projeto de despoluição da Baía de Guanabara, com dinheiro japonês, com mobilização da Eco 92, mas não deu certo. Já na Bahia, houve o projeto de despoluição da Baía de Todos os Santos, que em quatro anos dobrou o acesso ao saneamento. Então depende de como isso é gerido. O pré-sal, da mesma forma, pode ser interessante, gera oportunidades, mas a gente vai ter que saber aproveitar isso direito. No papel é bonito. Como vai sair, ninguém sabe. O Brasil é uma boa promessa, mas por enquanto é só promessa. Os indicadores estruturais escondidos na economia são interessantes, a renda do assalariado está crescendo, e o mercado, antigamente estagnado, criou 8,5 milhões de postos de trabalho formais sem fazer uma reforma trabalhista de peso. O que houve? Se a máquina sem óleo conseguiu desenvolver isso tudo, mesmo com essa carga tributária toda, imagine dando uma azeitada no sistema, tornando-o de fato um sistema pró-emprego.

Uma equipe do Ipea esteve essa semana em Curitiba e trouxe números históricos com o gasto público social, que subiu mais entre 1985 e 1990 (de 13,5% para 19% do PIB corrigido) do que em todo o intervalo entre 1995 e 2005 (19,2% para 21,9%). Como o senhor enxerga esses números?

É preciso diferenciar o que é gasto e o que é investimento. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias dos países desse nível de renda, e tem também um volume elevado de gasto social, um dos maiores da América Latina. A notícia ruim é que esse desembolso tem sérios problemas de qualidade. O gasto social de qualidade é aquele que vai para os pobres, que transforma a vida das pessoas. E isso só começou nos últimos anos. A qualidade distributiva em termos etários, por exemplo, ainda é ruim. Comparando 1990 com 2008, cada idoso agora recebe R\$ 180 mensais a mais do que recebia. Cada criança, nessa mesma comparação, recebe apenas R\$ 18 a mais. Apostar no futuro é apostar nas crianças, e esses dados mostram que o Brasil não está apostando nas crianças. Dinheiro nós temos, temos carga tributária, mas ainda falta aplicar isso com qualidade. Olhe o montante: gastamos 21,9% do PIB em política social. Imagina se aplicássemos bem.

Como se faz isso?

Um problema sério é o governo usar a crise como desculpa para fazer coisas assistenciais permanentes. Fazer política anticíclica tudo bem, aumenta a demanda para tirar o país da crise, isso é bom. Mas aumentar o salário mínimo, por exemplo, vai deixar peso para depois da crise. Investir apenas na assistência é predar o futuro.